

Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A - EPTC



SECRETARIA DE
MOBILIDADE URBANA



EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2023, com Relatório dos Auditores Independentes.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Relatório de Administração	8
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	14
Demonstração do resultado do exercício	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente.....	17
Demonstração dos fluxos de caixa	18
Demonstração do valor adicionado	19
Notas explicativas às demonstrações contábeis	20
Parecer do Conselho Fiscal	45
Parecer do Conselho de Administração	46

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

Ilmo. Sr.

Presidente e Conselheiros da

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A - EPTC

Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A – EPTC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos que possam advir dos assuntos descritos nos itens “a” a “d”, e pelo efeito do assunto descrito no item “e”, na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO S/A – EPTC, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

- a) Conforme nota explicativa nº 15, foram divulgadas e contabilizadas provisões para contingências no total de R\$ 34,7 milhões, porém, os controles internos subsidiários dos registros demonstram que essa provisão ficou a menor em R\$ 260 mil, e adicionalmente os advogados não emitiram seu parecer até 31/12/2023, para a avaliação quanto à existência de demandas contrárias à empresa com prognóstico quanto aos desembolsos financeiros. Assim, não foi possível mesmo através de critérios alternativos avaliarmos a suficiência da provisão registrada, bem como a existência de demais demandas judiciais contrárias à empresa e não contabilizadas e ou divulgadas nos termos do CPC 25, aprovado pela NBC TG 25 (R1), que trata de provisões, ativos e passivos contingentes.
- b) Para a receita de prestação de serviços com vistorias no montante de R\$ 4,8 milhões, não foram apresentados controles subsidiários para análise dos valores registrados e divulgados. Assim, mesmo através de critérios alternativos não foi possível validarmos o valor, bem como avaliarmos os decorrentes reflexos nas demonstrações contábeis decorrentes de ajustes caso tivéssemos recebido controles subsidiários suficientes.
- c) A EPTC mantém contratos de locação de bens imóveis com direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação, e na contabilidade o tratamento dispensado é de obrigação decorrente de contrato, e não de arrendamento mercantil operacional. Assim mesmo através de critérios alternativos não foi possível avaliarmos os reflexos no ativo e passivo no balanço patrimonial, e no resultado do período, decorrentes do reconhecimento dos ativos e do passivo ajustado a valor presente, nos termos do CPC 06, aprovado pela NBC TG 06(R3), que trata das operações de arrendamento mercantil operacional.

- d) A empresa até 31-12-23 não constituiu o comitê de auditoria estatutário conforme instituído na governança corporativa de acordo com seu Estatuto Social alterado em AGE de 15/08/2019, bem como, não possui auditoria interna. Assim pela ausência do comitê de auditoria estatutária e da auditoria interna não atendeu às determinações do inciso III, art. 9º da lei 13.303/2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- e) Conforme nota explicativa nº 3.6 b, a empresa contabilizou valores em ajustes de exercícios anteriores, que corresponderam a erros imputáveis a exercício anterior, decorrentes de acertos de lançamentos relativos ao ano de 2022, os quais foram registrados em ajustes de exercícios anteriores no patrimônio líquido em 2023, e não efetuou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras de 2022, que consiste em corrigir o reconhecimento, mensuração e divulgação dos valores dos elementos das demonstrações contábeis, como se um erro de exercício anterior nunca tivesse ocorrido, conforme determina o CPC 23, aprovado pela NBCTG 23 (R1), que trata das políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros. O efeito da não apresentação retrospectiva está refletivo na conta de ajustes de exercícios anteriores no montante de R\$ 991 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Receitas CCT

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.7 a, não foram registradas receitas relativas aos repasses referentes a taxa de gerenciamento (3%) da Câmara de Compensação Tarifária, que após a aprovação da Lei Complementar 892/2020, que extinguiu os repasses da Câmara de Compensação Tarifária – CCT para a EPTC; tais valores, até o presente momento, referem-se a recebimentos não esperados que podem dar origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade, sendo que parte do valor se encontra judicializado, e que o andamento dos processos depende de acordos entre as antigas e as atuais operadoras de transporte público, a Prefeitura de Porto Alegre e a EPTC. Valor atualizado até 31/12/2023 de R\$ 82,5 milhões, conforme controles subsidiários apresentados. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos assuntos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Além dos assuntos que originaram opinião modificada, conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, e do assunto mencionado na seção “Ênfase”, também consideramos como principal assunto de auditoria:

Outras Receitas – Repasse Prefeitura de Porto Alegre

Conforme divulgado na nota explicativa nº 3.7 d, a Empresa recebeu repasse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no valor de R\$ 130,5 milhões, para custeio da folha de pagamento e obrigações com tributos e fornecedores, pois parte das obrigações financeiras da EPTC não pode ser realizada com recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito, conforme art. 320, do Código de Trânsito Brasileiro. Assim a PMPA, acionista majoritária do órgão, repassa o valor previsto para cobertura de tais despesas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos as previsões orçamentárias dos repasses a serem efetuados pela Prefeitura e seus efetivos repasses e reconhecimentos na contabilidade. Também obtivemos entendimento da metodologia de registro contábil e questionamos as despesas pagas com esses recursos. Consideramos adequados os registros contábeis e as divulgações em notas explicativas sobre esse assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores que emitiram relatório datado de 05/05/2023, com modificações: Receitas não contabilizadas por regime de competência, provisão para contingências, passivo a descoberto e continuidade operacional e não cumprimento da Lei 13.303 de 30/06/201.

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Empresa, e apresentada como informação suplementar pela IFRS, que não requer sua apresentação, a demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no CPC 09, aprovado pela NBCTG 09 que trata da Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração dos valores adicionados foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade em continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 22 de março de 2024.



Corporativa Auditoria e Consultoria Ltda
CRCDF 003205/O-8
Maria Elizabete Moraes
Contadora CRCRS 068651/O-0 T-DF

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação dos senhores acionistas e ao público em geral o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis e Financeiras da EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO – EPTC, referentes ao exercício de 2023.

A Empresa

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC teve sua criação autorizada pela Lei 8.133, de 13 de janeiro de 1998, em atendimento ao constante na Lei Federal 9.503/97 – Código de Trânsito Brasileiro. No dia 03 de abril de 1998, foi devidamente constituída a Empresa, que passou a exercer as suas atividades a partir desta data, tendo por objeto:

A Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC tem por objeto a operação, controle e fiscalização do Sistema de Transporte Público e de Circulação, em especial, a fiscalização do trânsito e a gestão da Câmara de Compensação Tarifária – CCT do serviço de transporte coletivo, sempre em observância aos dispositivos da Lei 8.133/1998.

A EPTC está subordinada à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (SMMU), e ao Secretário de Mobilidade Urbana de Porto Alegre.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A declaração da missão, visão e valores da EPTC compõem o elemento da identidade organizacional. Este conjunto é a síntese das premissas que expressam a razão de ser da empresa.

Missão:

- Gerir a mobilidade urbana com qualidade, segurança e eficiência.

Visão:

- Consolidar a cidade de Porto Alegre como referência em mobilidade humana.

Valores:

- Cordialidade: relacionar-se com urbanidade, disponibilidade, harmonia e equilíbrio nas suas interações com os usuários, colegas e sociedade em geral.
- Responsabilidade: portar-se com profissionalismo e ética, adotando uma postura de prestador de serviços e solucionador de problemas, a fim de fortalecer a credibilidade da empresa.
- Melhoria contínua: atuar com eficiência e eficácia na promoção de uma mobilidade segura, por meio do trabalho integrado e da valorização do funcionário, com foco nos resultados para a sociedade.

A EPTC, portanto, é instrumento de efetivação da política pública de mobilidade urbana na medida em que mantém seus recursos orientados à sua finalidade que é gerir da melhor forma o trânsito e o transporte na cidade de Porto Alegre, integrando os diversos modais existentes.

NOMINATIVA DA DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente:

Pedro de Souza Bisch Neto

Diretor Administrativo-Financeiro:

Tiago Bueno da Cunha

Diretor de Operações:

Cirilo João Fae

Diretor Técnico:

Flávio Caldasso Barbosa

Diretor de Educação:

Carlos Manoel Perez Pires

PERFIL DA EMPRESA

A EPTC é uma Empresa Pública, vinculada ao Governo Municipal, com capital 100% público, que tem por acionistas a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (99,99 %), e o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (0,01%). A estrutura administrativa da EPTC está disponível no sítio da empresa.

<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/>

Compõem a força de trabalho da empresa o total de 1.028 funcionárias e funcionários, distribuídos em 5 Diretorias (Presidência, Administrativo-Financeira, Operacional, Técnica e Educação). O corpo técnico atua na cidade de Porto Alegre, mas suas ações tem impacto em toda a região metropolitana e seus aproximadamente 4,3 milhões de habitantes.

O orçamento inicial da empresa para o ano de 2023 foi de R\$ 171,36 milhões, 9% superior ao ano de 2022, que foi de R\$ 156,02 milhões. Considerando-se as suplementações decorrentes do superávit financeiro de 2022, e demais suplementações da Centralizada, o orçamento do exercício totalizou em R\$ 202,51 milhões,

Mensagem da Administração

Com 25 anos de existência, a EPTC é a estrutura perene encarregada da gestão de Trânsito e Transporte na Cidade de Porto Alegre. É composta por corpo técnico especializado na gestão e operação da mobilidade urbana que busca integrar as experiências e boas práticas adquiridas no decorrer de sua existência a conceitos modernos e exitosos de mobilidade urbana e educação já desenvolvidos e aplicados em diversas cidades brasileiras e ao redor do mundo, buscando ferramentas tecnológicas como parceiras indispensáveis as expertises de seus funcionários na consecução de suas ações.

Alinhada ao executivo municipal no sentido de tratar o assunto mobilidade com inteligência e racionalidade chamando o assunto de Mobilidade Humana a EPTC permanece buscando trazer as pessoas para o foco das ações pensadas e executadas pela empresa. O Mapa Estratégico da EPTC para o ano de 2023

estabeleceu cinco objetivos estratégicos que englobaram as ações executadas pelas equipes da empresa. Os objetivos foram:

- 1 – Reduzir as vidas perdidas no trânsito;
- 2 – Investir mais em educação e informação para a mobilidade;
- 3 – Realizar melhorias no transporte coletivo;
- 4 – Ser uma empresa pública com gestão eficiente;
- 5 – Tornar a mobilidade urbana mais ativa.

O principal destaque que esta Diretoria tem a intenção de propagar é o empenho na preservação da vida no trânsito, com a segurança viária. Para atingir a meta proposta (reduzir as vidas perdidas no trânsito) são planejados e executados projetos de sinalização, ações educativas, de operação e fiscalização. O resultado apresentado em 2022 foi de 75 vidas perdidas, e em 2023 registrou-se o total de 70 vidas perdidas em acidentes de trânsito. Importante salientar também que a cidade de Porto Alegre tem uma participação destacada no Programa Vida no Trânsito (PVT), iniciativa do Governo Federal, sendo considerada referência na coleta e análise dos comportamentos e fatores contributivos associados aos acidentes que envolvem vítimas fatais. A riqueza de informações e análises subsidiam a tomada de decisão em ações de preservação da vida.

As ações realizadas por parte das equipes da EPTC no decorrer de 2023 encontram-se consolidadas no Relatório de Atividades, que pode ser acessado no seguinte site:

<https://eptctransparente.com.br/relatorioatividades>

Além das atividades que constam no relatório supracitado, destacamos alguns números que caracterizam o trabalho executado por esta empresa:

Diariamente, em média, os colaboradores da empresa coordenam o deslocamento de mais de meio milhão de usuários do transporte coletivo; atendem presencialmente e por meios eletrônicos mais de 600 cidadãos que buscam informações sobre a área de atuação da EPTC, atendem ocorrências de trânsito, emitem licenças diversas, realizam vistorias em diferentes modais de transporte, etc.

Por fim, destacamos também atividades que, apesar de não serem diárias, são realizadas de forma constante por esta empresa, por exemplo: a implantação e recuperação de abrigos e paradas de ônibus, aplicação de sinalização horizontal e vertical, e o gerenciamento de um parque semafórico de mais de dez mil focos semafóricos.

Sempre comprometida com o comportamento da moralidade administrativa, responsável e transparente, a EPTC continuará envidando esforços e realizando ações e projetos estratégicos, em alinhamento com as diretrizes do Governo Municipal, com o fim de desempenhar a sua missão com uma gestão responsável e racionalização das despesas de funcionamento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Com o objetivo de adequar a empresa e os processos de trabalho às novas disposições normativas e legais, a Governança da EPTC vem sendo aprimorada, a fim de adotar as melhores práticas de gestão.

Integram atualmente a estrutura de governança da empresa, o Conselho Fiscal, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Após revisão estatutária ocorrida em 2019, há a previsão de implantação das demais estruturas previstas na Lei 13.303/2016 ao longo do ano.

POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Por ser a estrutura perene que trata da mobilidade urbana na cidade de Porto Alegre há 25 anos, a expertise do corpo técnico da empresa é sua principal potencialidade. Assim entendemos que a empresa, por meio de seus funcionários, é ferramenta essencial na discussão e implementação das estratégias da PMPA e SMMU para as decisões relacionadas aos projetos de trânsito e transporte da cidade.

Outro desafio que se repete nos últimos anos são as questões orçamentárias relacionadas a necessidade de redução dos ingressos de recursos da PMPA na empresa, que foi declarada dependente do Município em 2020. Esse desafio continuará a ser enfrentando com as ações relacionadas a redução de despesas,

somando a busca de alternativas de novas receitas, preferencialmente independentes de recursos do executivo municipal.

Também está posto como desafio para a atual gestão, a melhoria da comunicação institucional, buscando informar a sociedade sobre a atuação da EPTC na cidade, desmistificando determinadas concepções que não encontram fundamento nas estratégias da empresa.

Por fim, a EPTC prima pela excelência no serviço aos cidadãos, com responsabilidade corporativa e transparência na gestão.

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?p_secao=52 e
eptctransparente.com.br

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE		86.891	48.706
Disponível	4	27.360	14.640
Caixa e Bancos		27.356	14.596
Aplicações Financeiras		4	44
Contas a Receber	5	55.958	30.429
Transações com Partes Relacionadas - PMPA	14	48.820	24.899
Transações com Partes Relacionadas - TCE-RS		-	34
Adiantamentos Concedidos a Funcionários		1.117	236
Depósitos Judiciais e Valores Restituíveis		5.008	5.128
Impostos a Recuperar		902	23
Outros Créditos a Receber		111	109
Estoques	6	3.573	3.637
Material de Almoxarifado		3.570	3.632
Estoque Vale Transporte		3	5
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.892	4.931
Ativo Realizável a Longo Prazo	7	36	36
Aplicações Financeiras		36	36
Imobilizado	8	5.856	4.895
Benfeitorias em Prédios de Terceiros		488	488
Móveis e Utensílios		2.758	2.845
Instalações		549	549
Máquinas e Equipamentos		6.797	6.306
Equipamentos de Processamento de Dados		6.352	6.512
Veículos		8.483	8.105
(-) Depreciações e Amortização Acumuladas		(19.571)	(19.910)
TOTAL DO ATIVO		92.783	53.637

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE		56.238	57.367
Fornecedores	10	3.302	6.489
Impostos, Taxas e Contribuições Diversas	11	5.773	3.982
Provisão para Férias e Encargos	12	13.054	10.909
Outras Obrigações Trabalhistas	11	6.372	3.673
Outras Contas a Pagar	13	2.652	141
Provisão p/ Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	15	22.696	30.466
Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	16	2.389	1.707
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		17.844	4.521
Exigível a Longo Prazo		17.844	4.521
Parcelamentos Fiscais e Previdenciários	16	5.817	2.021
Provisão p/ Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	15	12.027	2.500
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	18.701	(8.251)
Capital Social Subscrito		728.706	728.706
Capital Social a Integralizar		(7.739)	(7.739)
Prejuízos Acumulados		(717.561)	(738.023)
Reserva Legal		3.059	1.761
Reserva para Ampliação dos Equipamentos e Instalações		12.236	7.044
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		92.783	53.637

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITA BRUTA		78.023	77.043
Prestação de Serviços		78.023	77.043
DEDUÇÕES		(2.899)	(2.855)
Impostos e Contribuições		(2.846)	(2.810)
Devoluções		(53)	(45)
RECEITA LIQUIDA		75.124	74.188
CUSTO DOS SERVIÇOS		(122.250)	(105.453)
LUCRO BRUTO		(47.126)	(31.265)
DESPESAS OPERACIONAIS		(54.600)	(32.232)
Despesas Gerais e Administrativas		(49.863)	(31.895)
Despesas Financeiras		(5.161)	(814)
Receitas Financeiras		424	477
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS			
Outras Receitas/Despesas Operacionais	20 a	129.517	101.075
RESULTADO OPERACIONAL		27.791	37.578
CSLL		(1.830)	(2.359)
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	22	25.961	35.219
Lucro/Prejuízo por Ação - R\$ 1,00	22	0,36	0,48

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL E RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2023 E 2022

(Valores em milhares de Reais)

Discriminação	Notas	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reservas Legais	Reserva para Ampliação dos Equipamentos e Instalações	Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total	DRA
Saldos em 31/12/2021		728.706	(7.739)	-	-	(773.301)	(52.334)	(58.952)
Aumento e integralização de capital social		-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercício anterior		-	-	-	-	8.864	8.864	8.864
Resultado do exercício		-	-	-	-	35.219	35.219	35.219
Constituição de Reservas		-	-	1.761	7.044	(8.805)	-	-
Saldos em 31/12/2022		728.706	(7.739)	1.761	7.044	(738.023)	(8.251)	(14.869)
Aumento e integralização de capital social		-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de exercício anterior		-	-	-	-	991	991	991
Resultado do exercício	22	-	-	-	-	25.961	25.961	25.961
Constituição de Reservas		-	-	1.298	5.192	(6.490)	-	-
Saldos em 31/12/2023		728.706	(7.739)	3.059	12.236	(717.561)	18.701	12.083

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

Método Indireto

(Valores em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/Prejuízo do Exercício	25.961	35.219
Depreciações e Amortizações	(339)	499
Créditos	(25.529)	(22.551)
Estoques	64	(1.888)
Fornecedores	(3.187)	114
Outros Credores de Curto Prazo	2.058	(14.174)
Outros Credores de Longo Prazo	13.323	(8)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	12.351	(2.789)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Imobilizações Brutas	(622)	(962)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimentos	(622)	(962)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento do Capital	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	991	8.864
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	991	8.864
Aumento de Caixa e Equivalente	12.720	5.113
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente	14.640	9.527
Saldo Final de Caixa e Equivalente	27.360	14.640
Variação Disponível	12.720	5.113

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores em milhares de Reais)

	2023	% AV	2022	% AV
DESCRIÇÃO				
1-RECEITAS	207.612		178.118	
1.1) Vendas de mercadoria, produtos e serviços	78.022		77.043	
1.3) Outras Receitas	129.590		101.075	
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	(42.182)		(26.251)	
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(42.182)		(26.251)	
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	165.430		151.867	
4 – RETENÇÕES	(505)		(533)	
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	(505)		(533)	
5 –VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	164.925		151.334	
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	424		477	
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-		-	
6.2) Receitas financeiras	424		477	
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	165.349		151.811	
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(165.349)	100%	(151.811)	100%
8.1) Pessoal e encargos	(127.860)	77,33%	(109.211)	71,94%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	(4.917)	2,97%	(5.294)	3,49%
8.3) Juros e aluguéis	(6.611)	4,00%	(2.087)	1,37%
8.5) Lucro / Prejuízo do exercício	(25.961)	15,70%	-35.219	23,20%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**Nota 1: CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A - EPTC, criada pela Lei 8.133/1998, é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede localizada na cidade de Porto Alegre/RS, que tem como principal acionista a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, configurando-se como órgão da administração indireta do Governo Municipal. Dotada de personalidade jurídica de direito privado, é o órgão executivo e rodoviário do Município nos termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei 9.503/1997). A empresa não é uma entidade com prazo de duração limitado, sendo suas atividades consideradas essenciais à sociedade do Município de Porto Alegre.

Tem como atribuições a operação, o controle e a fiscalização do transporte e do trânsito de pessoas, veículos automotores e de veículos de tração animal no âmbito do Município de Porto Alegre. Foi declarada empresa dependente através da Resolução CGOF nº 085/2019 pelo Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira (CGOF), sendo incluída no orçamento do Município a partir de 1º de janeiro de 2020.

As atividades de prestação de serviços da empresa geram receitas que, em sua maioria tem aplicação exclusiva (Lei 9.503/1997 – Art. 320). Portanto, para arcar com a totalidade dos recursos necessários às suas operações, são adicionadas às transferências orçamentárias recebidas do Município de Porto Alegre. A descrição detalhada do contexto operacional é parte do Relatório da Administração.

Nota 2: BASE DE APRESENTAÇÃO:**a. Declaração de conformidade:**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei de Sociedade por Ações (Lei 6.404/1976, alterada pelas Leis

11.638/2007 e 11.941/2009), na Lei que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa públicas (Lei 13.303/2016), aos princípios de Contabilidade geralmente aceitos, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em vigor até a data da elaboração das demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da empresa. A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva, conforme reunião de Diretoria Colegiada, ata nº 06/2024, cuja reunião foi realizada em 21 de março de 2024.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação:

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Base de mensuração:

Estas Demonstrações Contábeis foram mensuradas considerando o custo histórico como base de valor.

d. Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das Demonstrações Contábeis foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração da Empresa faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, de passivos, de receitas e de despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Nota 3: RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas Demonstrações Contábeis anuais. As principais políticas adotadas para reconhecimento e mensuração de elementos do patrimônio e do resultado estão descritas a seguir:

3.1 ATIVO CIRCULANTE

Os ativos realizáveis até o final do exercício seguinte são demonstrados como circulantes, pelos seus valores de realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros, atualização monetária e juros.

a. DISPONIBILIDADES - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

Representam valores em caixa, equivalentes de caixa, e valores em contas correntes bancárias. Contempla, substancialmente, ativos prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a insignificante risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos proporcionais, auferidos até a data do balanço.

b. CONTAS A RECEBER:

São avaliados pelo seu custo de aquisição ou valor de emissão ajustado ao valor provável de realização, quando aplicável.

c. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS:

Os valores constantes nessa conta referem-se aos adiantamentos concedidos a título de adiantamento de salário, adiantamento de férias e de 13º salário. Os adiantamentos para despesas são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

d. IMPOSTOS A COMPENSAR:

Refere-se a créditos decorrentes de saldo de tributos recolhidos mediante estimativa e valores reclamados à Receita Federal através de PER/DCOMP.

e. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E VALORES REFERENTES A DEPÓSITOS JUDICIAIS:

Refere-se a valores a receber da controladora, depósitos judiciais e de depósitos em garantia contratual, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

f. ESTOQUES:

Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, compreendendo uniformes, equipamentos de proteção individual, materiais de sinalização viária, peças de reposição, materiais para obras e manutenção predial, materiais de limpeza, materiais de expediente e materiais de informática, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio ponderado de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas atuais condições. Também correspondem ao saldo de vale transporte adquiridos para distribuição aos funcionários.

g. DEMAIS ATIVOS CIRCULANTES:

Os demais ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

3.2 ATIVO NÃO-CIRCULANTE

a. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:

Os ativos realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo.

b. IMOBILIZADO:

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, e deduzido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, são depreciados/amortizados pelo método linear no resultado do exercício, dentro dos limites permitidos pela legislação fiscal, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado, não havendo indícios de que o valor contábil supere o valor recuperável por uso ou por venda. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As doações recebidas são registradas pelo custo de aquisição, mediante apresentação de nota fiscal de compra pelo doador ou, excepcionalmente, declaração de valor emitida pelo doador.

3.3 PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos exigíveis até o final do exercício seguinte são demonstrados como passivos circulantes. São demonstradas as obrigações assumidas, acrescidas, quando aplicável, de atualização monetária, cabendo ressaltar as seguintes obrigações relevantes:

a. FORNECEDORES:

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes. As compras foram realizadas observando os princípios norteadores da contratação pública, a legislação vigente (Lei 13.303/2016, RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos, Lei Complementar 123/2006 e, subsidiariamente, Lei 10.520/2002), bem como observado o rito da despesa pública (Lei 4.320/1964).

O advento da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) trouxe uma série de mudanças e regramentos para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, como a criação do conselho de administração, conselho fiscal, pré-requisitos para os indicados aos cargos de diretoria, etc.

Em relação às compras, às contratações e às alienações, o estatuto jurídico em questão estabeleceu a necessidade de cada estatal disciplinar o seu regulamento interno de licitações e contratos, observando os princípios e diretrizes da Lei 13.303/2016. Neste sentido, a Empresa Pública de Transporte e Circulação, desde a publicação da Resolução nº 05/2020, que dispõe sobre o Regulamento de Licitações e Contratos da EPTC – RILC, tem observado os referidos preceitos, os quais acarretaram como principal benefício para administração a segurança jurídica, suprimindo lacunas da legislação anterior, maior transparência e padronização da instrução processual.

b. OBRIGAÇÕES FISCAIS:

Referem-se às obrigações tributárias, compreendidos os impostos e contribuições retidos de fornecedores e contribuintes individuais (em virtude de substituição tributária), IRRF retido dos empregados, bem como dos encargos trabalhistas (FGTS e INSS), e contribuições sociais sobre a receita bruta. Ainda, nessa classificação, são registrados os valores provisionados a título de CSLL sobre o lucro contábil auferido.

c. OUTRAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

Estão registrados valores referentes à folha de pagamento, e valores referentes a retenções dos funcionários para pagamento a instituições bancárias e, associações e sindicatos, bem como o pagamento da pensão alimentícia descontada dos funcionários e encaminhada aos seus respectivos beneficiários. O saldo justifica-se pelo registro na competência e pagamento nos primeiros dias úteis do mês subsequente. Salários, remunerações e benefícios, férias e 13º salários a pagar foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

d. PROVISÕES TRABALHISTAS:

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões para férias e 13º salário são constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, bem como do valor estimado do 13º salário, acrescidas dos respectivos encargos.

e. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

Nessa classificação são registrados os valores a pagar referentes ao Projeto Jovem Aprendiz, e eventuais adiantamentos de clientes; São registrados os valores de garantias contratuais e circunstancial saldo a pagar a contribuintes individuais, quando for o caso. Ainda, são registrados os valores de precatórios a pagar em 2024, nas esferas trabalhista e cível.

f. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS:

Refere-se a valores recebidos antecipadamente da Controladora, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias, os quais serão utilizados para custeio no mês subsequente, ou transferidos ao ativo, conforme vínculo orçamentário, até a liberação em conta de recursos provenientes de receita de fiscalização.

g. PARCELAMENTOS FISCAIS:

Nessas classificações são registrados os valores de parcelamento de INSS, PIS/PASEP, COFINS e CSLL, classificados no passivo circulante em função da data de vencimento do parcelamento, de parcelamento previdenciário com vencimento até o final do exercício seguinte.

h. PROVISÕES JUDICIAIS – CURTO PRAZO E LONGO PRAZO:

As provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para riscos

tributários, trabalhistas e cíveis são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis sendo atualizadas até as datas do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações dos assessores legais da Empresa.

i. PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO:

Embora a EPTC seja imune ao IRPJ, conforme estabelecido por meio da ação ordinária 2005.71.00.019670-0 impetrada contra a União Federal/Fazenda Nacional, a empresa não é imune à CSLL, razão pela qual a referida provisão está sendo calculada com base no lucro tributável ou prejuízo fiscal do exercício, e apurado através do Lucro Real por estimativa mensal. O valor da contribuição social sobre o lucro líquido foi calculado à alíquota de 9% sobre o lucro líquido.

3.4 PASSIVO NÃO CIRCULANTE

α. PARCELAMENTOS FISCAIS:

Nesse item estão registrados os parcelamentos com a Receita Federal, referentes a INSS, PIS/PASEP, COFINS e CSLL. Encargos e correções existentes após a data do registro são registradas quando da efetivação do pagamento das obrigações.

3.5 DEMAIS ATIVOS E PASSIVOS, CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por estimativas de perdas prováveis.

3.6 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. CAPITAL SOCIAL:

O Capital Social, em 31/12/2023, corresponde ao valor de R\$ 728.706.908,31 (setecentos e vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oito reais e trinta e um centavos), que pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 72.870.691 (setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, cujo montante pertence majoritariamente à Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e, minoritariamente, ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana, mantendo a situação de 31/12/2022.

b. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES:

Refere-se a ajustes de exercícios anteriores, efetuados com fundamento na Lei 6.404/1976, Art. 186, Parágrafo 1º.

3.7 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apropriado com base no regime de competência, sendo os ingressos referentes à fiscalização de trânsito reconhecidos pelo pagamento da infração e repasse pelo Detran/RS à Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

a. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

É composta pelos ingressos oriundos das penalidades aplicadas às infrações de trânsito, e das vistorias realizadas. O montante mais relevante (94%) são os recursos oriundos das infrações de trânsito, que tem aplicação restrita, estabelecida legalmente pela Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro – CTB), em seu art. 320, “A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, em engenharia de tráfego, em engenharia de campo, em policiamento, em fiscalização, em renovação de frota circulante e em educação de trânsito”. Além da exclusividade na aplicação, o comportamento desta receita não depende diretamente de ações da empresa, já que podem haver variações, por exemplo: positivamente em

ocasiões de reajustes no valor das multas (efetivados a nível federal pelo Poder Executivo), ou negativamente em função da redução da circulação de veículos na cidade (no caso da Pandemia).

Diante da exclusividade de aplicação dos recursos oriundos de multas, são necessários recursos adicionais para a execução das atribuições estabelecidas no Estatuto da EPTC, recursos esses repassados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, sendo classificados como OUTRAS RECEITAS E DESPESAS.

Ainda em relação ao valor arrecadado com as multas, valor este depositado no caixa único da Prefeitura de Porto Alegre, informamos que o mesmo é registrado como receita por regime de competência, mas são liberados para pagamento de custos e despesas especificados no CTB, conforme notas de empenho.

Em 2020, foi aprovada a Lei Complementar 892/2020, que extingue o repasse financeiro para a EPTC referente à Câmara de Compensação Tarifária – CCT; na ocasião existiam valores a receber da CCT, devidos por parte dos Consórcios e Empresas do Transporte Público. Tais valores, até o presente momento, não foram registrados por entendermos tratar-se de recebimento não esperado que pode dar origem à possibilidade de entrada de benefícios econômicos para a entidade. Cabe comentar que parte do valor se encontra judicializado, e que o andamento dos processos depende de acordos entre as antigas e as atuais operadoras de transporte público, a Prefeitura de Porto Alegre e a EPTC. Tais complexidades corroboram com a decisão de classificação de tais receitas como de “possível” recebimento, sem o registro das mesmas.

b. CUSTO DOS SERVIÇOS:

Os custos dos serviços prestados envolvem custo de pessoal e encargos ligados à atividade fim da Empresa, despesas de manutenção, depreciação e amortização e serviços de terceiros ligados também à atividade finalística da Empresa.

c. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS:

Demonstram as despesas com folha de pagamento, encargos sociais e benefícios de toda a atividade meio, bem como o gasto com materiais, serviços e demais despesas.

d. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS:

Registram-se, nessa classificação, as receitas referentes a recebimento de multas e juros de mora ativos, as indenizações eventualmente recebidas, por processos judiciais ou não, doações de bens, e outras receitas não operacionais. Dentre as receitas não operacionais, destaca-se o repasse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, no valor de R\$ 130.473.760,67, para custeio da folha de pagamento e obrigações com tributos e fornecedores. Conforme descrito no contexto operacional e na nota explicativa 3.7.a, parte das obrigações financeiras da EPTC não pode ser realizada com recursos arrecadados com a cobrança de multas de trânsito, conforme art. 320, do Código de Trânsito Brasileiro. Assim a PMPA, acionista majoritária do órgão, repassa o valor previsto para cobertura de tais despesas.

3.8 CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Empresa gera suas disponibilidades estabelecendo um montante de caixa mínimo estratégico, baseado no ciclo de caixa das operações de serviço e no capital mínimo necessário para garantir as operações de crédito, assegurando que haja caixa suficiente para atender às necessidades e planos de negócio. A Administração monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez, considerando os planos de financiamento de dívida e principais despesas correntes da Empresa. Como é considerada estatal dependente da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, valores repassados pela Controladora são necessários para cobrir as despesas correntes, sem causar perigo à continuidade operacional da empresa, tendo em vista que a EPTC presta serviços genuinamente públicos e essenciais à sociedade.

Os repasses realizados por sua controladora, descritos na nota explicativa 3.7.d, não são considerados por esta gestão, risco de continuidade operacional. Isto porque, a própria controladora definiu as atribuições da empresa em sua lei de criação LEI 8.133/1998, que estabelece atividades além das que podem ser arcadas com os recursos próprios da empresa.

A previsão de fluxo de caixa da Empresa é realizada para assegurar que a mesma tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado, nas

suas estimativas, a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Município de Porto Alegre, previstos na Lei Orçamentária Anual. A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Municipal.

Nota 4: CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXAS

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Disponível	27.360	14.640
Caixa e bancos	27.356	14.596
Aplicações financeiras	4	44

Correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários de livre movimentação e investimentos temporários em instituições financeiras, de liquidez imediata, com baixo risco de mudança de valor, e que não possuem restrições para sua utilização, avaliadas pelo custo acrescido de rendimentos do período.

Nota 5: CONTAS A RECEBER

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
CONTAS A RECEBER	55.958	30.429
Transações com partes relacionadas - PMPA	48.820	24.899
Transações com partes relacionadas – TCE/RS	-	34
Adiantamentos concedidos a funcionários	1.117	236
Depósitos judiciais e valores restituíveis	5.008	5.128
Impostos a recuperar	902	23
Outros créditos a receber	111	109

Os valores referentes a Transações com Partes relacionadas – PMPA são oriundos de créditos a receber sobre a aplicação de infrações de trânsito que serão repassados subsequentemente à EPTC, que ficam no caixa geral da Controladora, liberados ao caixa da EPTC para pagamento de obrigações conforme o Código de Trânsito Brasileiro, Lei 9.503/1997, art. 320.

Os valores constantes em conta de adiantamento referem-se aos adiantamentos concedidos a título de adiantamento de salário, adiantamento de férias e de 13º salário, bem como adiantamentos pontuais para compras de pronto pagamento.

Os valores registrados em depósitos judiciais são majoritariamente constituídos de processos trabalhistas, que ainda não transitaram em julgado.

Outros créditos a receber abrangem os depósitos em garantia contratual realizados pela Empresa, relacionados à provisão para contingências passivas oriundas do curso normal das atividades da Empresa, e depósitos em garantia de contratos vigentes.

Os impostos a recuperar registrados em 2023 referem-se a Contribuição Social recolhida a maior em 2021, e que serão recuperados no decorrer do exercício de 2024.

Nota 6: ESTOQUES

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Estoques	3.573	3.637
Material de almoxarifado	3.570	3.632
Estoque de vale transporte	3	5

Os estoques correspondem aos materiais utilizados pela Empresa para a realização dos seus serviços, demonstrados e avaliados pelo critério do custo médio ponderado de aquisição, incluindo os impostos não recuperáveis, custos de transporte e demais custos necessários para trazer os estoques às suas atuais condições.

Aos 29 dias do mês de dezembro de 2023, a Comissão de Inventário de Materiais, designados pela Portaria Nº 117/2023, reuniu-se na sala da Coordenação de Materiais, sito à rua Gênova, 170, Bairro Jardim Carvalho, Porto Alegre, RS, para apresentar o resultado do inventário de materiais existentes nesta Coordenação.

A contagem teve início no dia 18/12/2023 e estendeu-se até o dia 22/12/2023, sendo que, neste período e até o dia 31/12/2023, não houve movimentação dos estoques desta Coordenação, de forma que os quantitativos correspondem fielmente aos números apresentados adiante.

- Número de itens inventariados: 2.599
- Valor de estoque registrado: R\$ 3.570.498,94
- Valor do estoque inventariado: R\$ 3.570.498,94

Não foram localizadas diferenças entre o levantamento de estoque e os registros contábeis.

Nota 7: ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Registrados os bens e direitos não classificáveis no ativo circulante em função do prazo de resgate e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
Ativo realizável a longo prazo	36	36
Título de capitalização	36	36

Nota 8: IMOBILIZADO

Contas	TMA Depreciação (%)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido 31/12/2023	Valor Líquido 31/12/2022
Móveis e Utensílios	10%	-R\$ 2.346	R\$ 412	R\$ 516
Instalações	10%	-R\$ 549	R\$ -	R\$ -
Máquinas e Equipamentos	10%	-R\$ 2.612	R\$ 4.184	R\$ 3.185
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	-R\$ 5.854	R\$ 498	R\$ 616
Veículos	20%	-R\$ 7.775	R\$ 708	R\$ 504
Benfeitorias	4%	-R\$ 434	R\$ 54	R\$ 74
Total		-R\$ 19.570	R\$ 5.856	R\$ 4.895

Todos os imóveis utilizados pela EPTC - seja na sua atividade finalística ou na sua atividade meio - são próprios da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ou são imóveis locados para esta finalidade, não havendo nenhum imóvel de propriedade da Empresa.

Existe penhora de parte dos bens móveis de acordo com termos de arrolamento de bens e direitos junto à Secretaria da Receita Federal, conforme processo nº 11080.727948/2018-17.

Nota 9: REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Em observância ao Pronunciamento Contábil nº 01 (NBC TG 01), a Administração entende que, em 2023, não existe indícios de que há unidades geradoras de caixa com valores contábeis superiores ao valor de realização. A Entidade encontra-se com a sua operacionalidade normal, não havendo indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos perderam representatividade econômica considerada relevante, não requerendo, portanto, necessidade de reconhecer contabilmente eventual desvalorização de seus ativos em 31 de dezembro de 2023.

Nota 10: FORNECEDORES

Em decorrência de suas atividades operacionais, a Empresa é devedora perante diversos fornecedores e prestadores de serviços, débitos estes representados por duplicatas e notas fiscais. Abaixo, a representação de todas as contas com saldo acima de 10% (dez por cento) do total da conta fornecedores, no passivo circulante. Nenhum fornecedor está registrado no exigível a longo prazo.

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	3.302	6.489
Digicon S/A	423	64
Doctor Clin Operadora de Planos de Saúde Ltda.	546	515
Manupa Com. Exp. e Imp. de Equip. e Veículos Adaptados	378	-
PROCEMPA	569	831

Nota 11: OBRIGAÇÕES FISCAIS, SOCIAIS E TRABALHISTAS

As obrigações fiscais e tributárias aqui registradas referem-se aos tributos a serem pagos, consistentes em retenções de fornecedores (substituição tributária), retenções de funcionários, tributos sobre o faturamento, bem como os tributos sobre a folha de pagamento. As outras obrigações trabalhistas referem-se ao saldo de salário registrado por regime de competência de dezembro/2023, cujo valor foi quitado no início de janeiro/2024.

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Tributárias	2.221	1.261
Encargos Trabalhistas	3.551	2.722
Outras Obrigações Trabalhistas	6.372	3.673

Nota 12: PROVISÕES

Aqui estão registrados os valores provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. Referem-se à provisão de férias e encargos trabalhistas sobre provisões.

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/2023	31/12/2022
Provisões Trabalhistas	9.560	7.936
Encargos Trabalhistas sobre Provisões	3.494	2.973
TOTAL	13.054	10.909

Nota 13: CONTAS A PAGAR

Nessa classificação são registrados os valores a pagar referentes ao Projeto Jovem Aprendiz, e eventuais adiantamentos de clientes. Ainda, são registrados os valores de garantias contratuais e circunstancial saldo a pagar a contribuintes individuais, quando for o caso, e valores referentes a precatórios programados para pagamento durante o ano de 2024, oriundos de processos cíveis e trabalhistas.

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
OUTRAS CONTAS A PAGAR	2.652	141
Garantias contratuais – Fornecedores	18	17
Projeto Jovem Aprendiz	-	76
Adiantamento de clientes	13	48
Precatórios a pagar	2.621	-

Nota 14: TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Refere-se a valores recebidos da Controladora, registrados pelos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias.

Conforme o Código de Trânsito Brasileiro – CTB (Lei 9.503/1997), em seu art. 320, “A receita arrecadada com a cobrança das multas de trânsito será aplicada, exclusivamente, em sinalização, em engenharia de tráfego, em engenharia de campo, em policiamento, em fiscalização, em renovação de frota circulante e em educação de trânsito”. Diante desse dispositivo, o valor depositado no caixa único da Prefeitura de Porto Alegre é registrado como receita por regime de competência, liberados para pagamento de custos e despesas especificados no CTB, conforme notas de empenho, e registrados no ativo da empresa até a efetiva entrada nos caixas da EPTC. Não são registrados valores no Passivo em 31/12/2022 e em 31/12/2023.

Nota 15: PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração da Empresa para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até a data do Balanço, observada a natureza de cada contingência e apoiada nas informações da Gerência Jurídica e dos Advogados desta Empresa Pública, oriundas de terceiros. Os valores registrados no Passivo Circulante são aqueles que possuem a probabilidade de serem executados até o final do próximo exercício, enquanto os classificados no passivo não circulante possuem a probabilidade de serem efetivadas ao longo dos anos de 2025 ou 2026. As provisões para riscos trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Empresa constitui provisões para indenizações judiciais em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa

ser realizada. Os valores registrados no Passivo Circulante são aqueles possuem a probabilidade de serem executados até o final do próximo exercício:

Natureza	Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas / Cíveis	Provável	22.696	30.466
Trabalhistas / Cíveis	Possível	933	689
Trabalhistas / Cíveis	Remota	-	-

Os valores, classificados no Passivo Exigível a Longo Prazo, possuem a probabilidade de serem efetivados ao longo dos anos de 2025 ou 2026.

Natureza	Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhistas / Cíveis	Provável	12.027	2.500
Trabalhistas / Cíveis	Possível	2.260	2.788
Trabalhistas / Cíveis	Remota	-	21.297

Nota 16: PARCELAMENTOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

Estão relacionados os valores referentes a Parcelamentos Fiscais perante a Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

PASSIVO CURTO PRAZO	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos Fiscais	2.389	1.707
Previdenciário	1.672	990
PIS	47	47
COFINS	219	219
CSLL	451	451

No Passivo Exigível a Longo Prazo, estão relacionados os valores referentes a parcelamentos efetuados junto à Receita Federal em 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023, com previsão de pagamento após o próximo exercício.

PASSIVO LONGO PRAZO	31/12/2023	31/12/2022
Parcelamentos Fiscais	5.817	2.021
Previdenciário	4.809	330
PIS	31	79
COFINS	145	364
CSLL	832	1.248

Nota 17: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, em 31/12/2023, corresponde ao valor de R\$ 728.706.908,31 (setecentos e vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, novecentos e oito reais e trinta e um centavos), que pertence inteiramente a acionistas domiciliados no País, e é representado por 72.870.691 (setenta e dois milhões, oitocentos e setenta mil, seiscentos e noventa e uma) ações ordinárias nominativas, com valor de R\$ 10,00 cada. A partir da declaração de dependência da empresa, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020, o Capital Social permaneceu o mesmo do final do exercício anterior.

ANO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL SOCIAL ACUMULADO
2015	80.000	517.902
2016	80.000	597.902
2017	56.604	654.506
2018	40.000	694.506
2019	34.200	728.706

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas do Exercício 2023

2020	-	728.706
2021	-	728.706
2022	-	728.706
2023	-	728.706

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista						
Prefeitura Municipal de Porto Alegre	72.868.691	99,9973	72.868.691	99,9973	72.868.691	99,9973
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	2.000	0,0027	2.000	0,0027	2.000	0,0027
TOTAL	72.870.691	100,0000	72.870.691	100,0000	72.870.691	100,0000

Nota 18: INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A empresa não possui operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Nota 19: IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A EPTC, conforme estabelecido por meio da ação ordinária 2005.71.00.019670-0 impetrada contra a União Federal/Fazenda Nacional, não possui vínculo jurídico obrigacional tributário que enseje a cobrança do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ), em razão da imunidade tributária recíproca prevista no inciso VI, a, do art. 150 da Constituição Federal/88. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é calculada e registrada com base nas alíquotas definidas pela legislação, aplicáveis à sistemática de apuração do Lucro Real por Estimativa.

Nota 20: RESULTADO LÍQUIDO NO PERÍODO

O pagamento das despesas gerais de custeio e de pessoal da EPTC, que é uma empresa estatal dependente do Município de Porto Alegre, é feito mediante aferição de receita própria e do repasse mensal de recursos financeiros, na forma de transferências, pela sua principal acionista e controladora, Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Esse repasse é

realizado mediante o registro de “Nota de Pagamento de Despesa”, em conformidade com a programação orçamentária prevista na LOA. Diante disso, os prejuízos apurados em exercícios anteriores não implicam em risco de descontinuidade da empresa.

O valor repassado pela Controladora é registrado em Outras Receitas, visto o repasse ser realizado mediante o registro de “Nota de Pagamento de Despesa”, em conformidade com a programação orçamentária prevista na LOA e não ser receita própria de prestação de serviços.

Na Demonstração do Resultado do Exercício evidenciamos as seguintes contas:

- a) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS: Registrou, em 2023, os valores referentes às indenizações recebidas através de processos judiciais e outras receitas não operacionais, dentre elas o valor de repasse da Prefeitura Municipal de Porto Alegre de R\$ 130.473.760,67, para custeio da folha de pagamento e demais obrigações com tributos e fornecedores.

Nota 21: GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Empresa estão voltadas a buscar a sustentabilidade de seu equilíbrio econômico financeiro no curso normal de seus negócios e, nesse contexto, as atividades da EPTC a expõem a Riscos de Mercado, sendo considerado os seguintes fatores de risco: políticas públicas de preços tarifários e de outros índices macroeconômicos, risco de crédito e de liquidez, os quais introduzem certo grau de risco a geração de caixa e de resultados da Empresa. A Administração busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa por meio do monitoramento contínuo dos riscos.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

a) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, relativo aos depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras liquidez imediata.

b) RISCO DE LIQUIDEZ

A previsão de fluxo de caixa é realizada para assegurar que a Empresa tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, sendo considerado nas suas estimativas a arrecadação por meio de recursos próprios e os créditos oriundos do Município de Porto Alegre, previstos na Lei Orçamentária Anual. A Administração monitora de forma contínua o fluxo de caixa da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para fazer frente às necessidades operacionais e suas obrigações, no entanto, está sujeita a limitações orçamentárias impostas pelo Governo Municipal.

c) RISCO DE TAXAS DE JUROS

A Empresa não possui montantes em empréstimos e financiamentos contratados na data das Demonstrações Contábeis e, portanto, não está exposta a tal risco de forma significativa.

Nota 22: DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Conforme Estatuto Social da EPTC, em seu art. 57, o exercício social será encerrado a 31 de dezembro de cada ano, data em que se levantará o Balanço Patrimonial e serão elaboradas as demais demonstrações contábeis previstas em Lei, observando-se que:

II – Do lucro líquido do exercício destinar-se-ão:

- a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 20% (vinte por cento) para a constituição de um reserva para ampliação dos equipamentos e instalações, até que atinja 30% (trinta por cento) do capital social;
- c) O saldo, observado o disposto neste artigo, ficará à disposição da Assembleia para deliberar sobre sua destinação, mediante proposta da Diretoria e parecer do Conselho Fiscal, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a divisão de lucros entre os acionistas.

Isto posto, o Resultado Operacional da EPTC em 2023, antes do cálculo da CSLL, foi de R\$ 29.214.367,61 de lucro contábil. A Empresa apura seu resultado através do Lucro Real, e houve cálculo de provisão de CSLL por estimativa durante o exercício de 2023. A CSLL apurada soma o valor de R\$ 1.829.923,77. Após o cálculo da CSLL, o lucro líquido do exercício, conforme demonstração abaixo, ficou em R\$ 27.384.443,84.

	31/12/2023	31/12/2022
RESULTADO OPERACIONAL	27.791	37.578
CSLL	(1.830)	(2.359)
LUCRO / PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	25.961	35.219
Lucro/ Prejuízo por Ação - R\$ 1,00	0,36	0,48
RESERVA LEGAL	(1.298)	(1.761)
RESERVA PARA AMPLIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	(5.192)	(7.044)

Nota 23: FLEXIBILIZAÇÃO DA COISA JULGADA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF)

Em fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar os Recursos Extraordinários nº 949.297 e nº 955.227, em repercussão geral, Temas 881 e 885, respectivamente, chegou ao entendimento segundo o qual as decisões individuais definitivas, em matéria tributária, ainda que transitada em julgado, podem vir a perder seus efeitos caso o STF, posteriormente, venha a decidir em sentido contrário. Em razão do entendimento do STF, a Administração está analisando os processos de matéria tributária, transitados em julgado, para evidenciação de possíveis impactos.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2023.

Pedro de Souza Bisch Neto

Diretor Presidente
CPF XXX.117.840-XX

Cirilo João Fae

Diretor de Operações
CPF XXX.907.660-XX

Flavio Caldasso Barbosa

Diretor Técnico
CPF XXX.832.620-XX

Tiago Bueno da Cunha

Diretor Administrativo Financeiro
CPF XXX.997.450-XX

Carlos Manoel Perez Pires

Diretor de Educação
CPF XXX.082.670-XX

Renate Fank Spohr

Contadora CRC-RS 064730
CPF XXX.750.930-XX

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em reunião realizada em 09 de abril de 2024, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, e a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2023, bem como, as Notas Explicativas correspondentes e o Parecer da Auditoria Corporativa Auditoria e Consultoria Ltda. Somos de opinião que os referidos demonstrativos refletem a situação patrimonial econômica e financeira da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em 31 de dezembro de 2023, e este colegiado OPINA pela aprovação das Demonstrações Contábeis, com ressalva, considerando as ressalvas apontadas pelo Relatório de Auditoria.

Porto Alegre, 09 de abril de 2024.

André Silva flores

Conselheiro

CPF XXX.394.100-XX

Marcos Felipi Haddad de Menezes Garcia

Conselheiro

CPF XXX.520.980-XX

Adão de Castro Júnior

Conselheiro

CPF XXX.694.500-XX

Ricardo dos Santos Gomes

Conselheiro

CPF XXX.715.010-XX

José Paulo da Rosa

Conselheiro

CPF XXX.200.340-XX

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na condição de membros do Conselho de Administração da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A, em reunião realizada em 10 de abril de 2024, examinamos o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, e a Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2023, bem como, as Notas Explicativas correspondentes e o Parecer da Auditoria Corporativa Auditoria e Consultoria Ltda. Aprovamos, por unanimidade, com ressalva, as referidas Demonstrações, e recomendamos que o Parecer do Conselho Fiscal e as Demonstrações Contábeis, juntamente com o parecer dos Auditores sejam encaminhados à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Porto Alegre, 10 de abril de 2024.

Maria Cristina Molina Ladeira

Conselheira

CPF XXX.103.900-XX

Carla Meinecke Monteiro

Conselheira

CPF XXX.768.100-XX

Luciane Martins Pinheiro

Conselheira

CPF XXX.270.000-XX

Rogério Beidacki

Conselheiro

CPF XXX.623.200-XX

Fabio Rodrigo Baum Bernardo

Conselheiro

CPF XXX.465.540-XX

Paulo Roberto da Silva Ramires

Conselheiro

CPF XXX.237.720-XX

Pedro de Souza Bisch Neto

Conselheiro

CPF XXX.117.840-XX